

Simone S. C. Silva
Jonas C. e Silva
Rodolfo G. do Nascimento
Organizadores

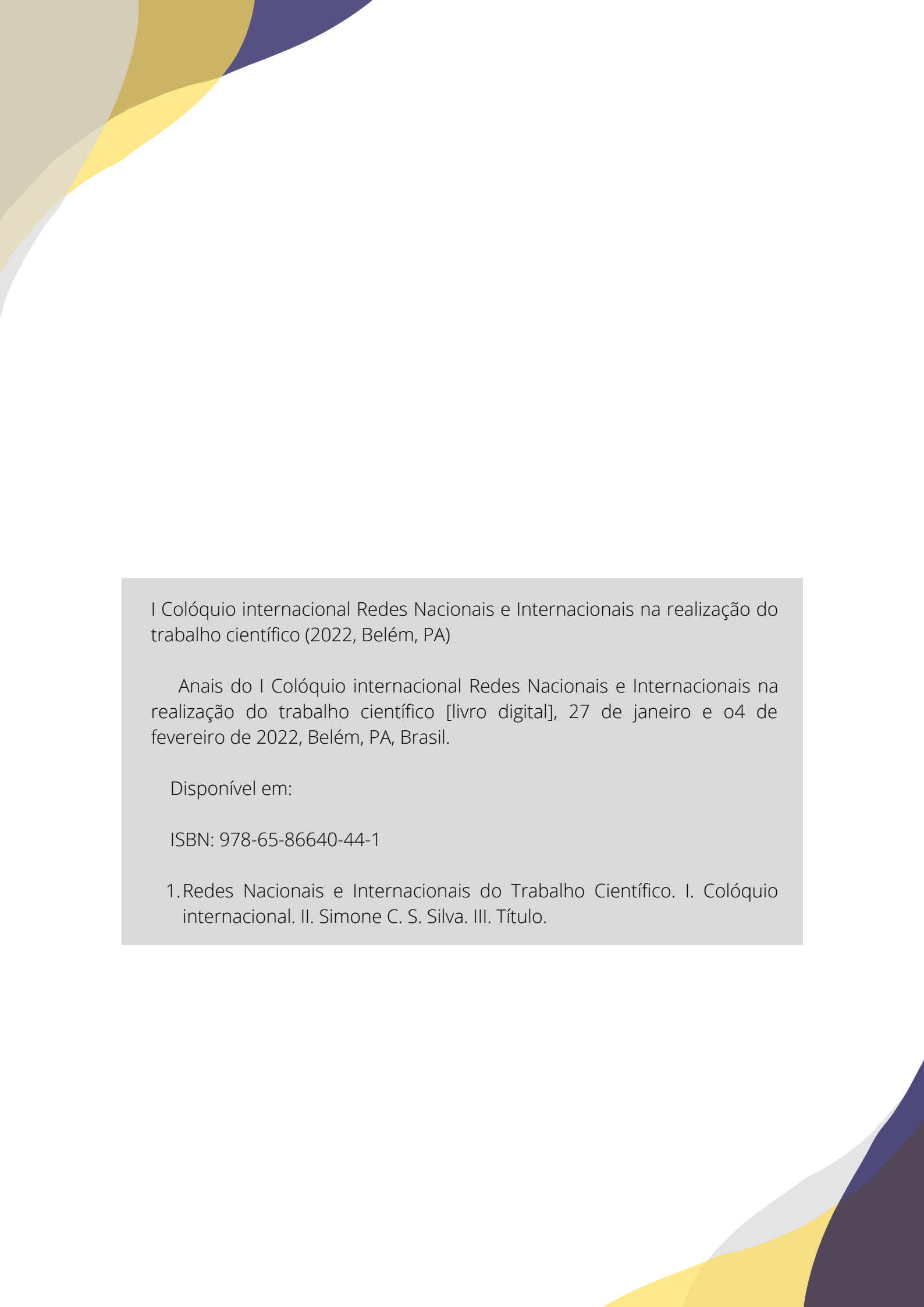
Anais do I Colóquio internacional Redes Nacionais e Internacionais na realização do trabalho científico

EVENTO ONLINE

27 DE JANEIRO E 04 DE FEVEREIRO DE 2022

tu technische universität
dortmund





I Colóquio internacional Redes Nacionais e Internacionais na realização do trabalho científico (2022, Belém, PA)

Anais do I Colóquio internacional Redes Nacionais e Internacionais na realização do trabalho científico [livro digital], 27 de janeiro e 04 de fevereiro de 2022, Belém, PA, Brasil.

Disponível em:

ISBN: 978-65-86640-44-1

1.Redes Nacionais e Internacionais do Trabalho Científico. I. Colóquio internacional. II. Simone C. S. Silva. III. Título.

Editorial

O I Colóquio Internacional ocorrido nos dias 27 de janeiro e 04 de fevereiro de 2022 no formato online, sob o tema "Redes Nacionais e Internacionais na realização do trabalho científico", contou com mais de 50 participantes, além dos palestrantes convidados para conferências e participação em temas livres.

O evento foi idealizado pelos professores Dr^a Simone Silva, Dr. Rodolfo Nascimento, Dr^a Katiane Cunha e Dr. Jonas Carvalho, enquanto equipe que coordena duas disciplinas que compõe a estrutura curricular do Programa de pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) e do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em termos gerais, estas disciplinas têm como objetivo maior desenvolver nos alunos da pós-graduação, habilidades e competências que lhes permitam escrever cientificamente o resultado de suas investigações assim como de apresentá-los para a comunidade acadêmica. Ao final dessas disciplinas, os alunos têm uma atividade avaliativa que consiste na apresentação do produto do seu trabalho que foi construído ao longo desta.

Neste sentido, contemplando a sua característica multiprofissional e interdisciplinar, pensou-se em organizar um momento de encontro com pesquisadores de outros contextos, de outros países que servisse como uma experiência inspiradora para os alunos da pós-graduação.

Entendemos que este evento teve duas funções: 1) Compartilhar os trabalhos desenvolvidos ao longo do semestre com a comunidade científica em geral, e de modo particular com pesquisadores mais experientes que puderam contribuir com suas observações para o aprimoramento do produto gerado nas disciplinas e assim torná-los melhor. 2) O segundo objetivo, e talvez esse seja o mais interessante, é construir "desejos", gerar em nossos alunos a vontade de estabelecer relações com outros pesquisadores, de outros contextos, de outros países. Daí o título desse Colóquio. Nossa intenção é construir redes, redes de relações, pois entendemos que a construção de vínculos acadêmicos deve ser um exercício praticado durante o processo de formação.

Ser capaz de estabelecer relações com colegas é uma habilidade que nem todos os profissionais da academia tem, portanto, precisamos desenvolvê-la. Não basta desenvolver pesquisas de forma consistente que obtenham dados válidos. As informações geradas pelos pesquisadores brasileiros precisam ser conhecidas da comunidade nacional e internacional assim como as evidências obtidas em outros países precisam ser conhecidas por nossos pesquisadores. Ser capaz de construir redes de relações torna-se essencial diante dos desafios que precisam ser superados quando se tem o propósito da internacionalização da ciência brasileira. A internacionalização consiste um dos principais desafios dos pesquisadores no Brasil.

Neste sentido, esse evento contemplou a participação, além dos estudantes de pós-graduação do PPGSP e do PPGTPC, a participação de pesquisadores vinculados a TU-Dortmund, USP (Ribeirão Preto), Instituto Universitário Italiano do Rosário e da Universidad Nacional de Colombia, os quais apresentaram temas amplamente relevantes para nossa formação e compartilhamento de experiências internacionais em pesquisa.

Os organizadores agradecem a todos os discentes participantes, aos revisores que garantiram a qualidade científica do evento e agradece principalmente a confiança que recebeu da Coordenação do PPGSP e da Direção do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Simone S. C. Silva
Organizadora

Sumário

VIOÊNCIA DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NO ESTADO DO PARÁ.....	01
O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID 19 NAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL DO BRASIL.....	04
IDOSOS ENCARCERADOS NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	07
VIOÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	10
PAIS, AUTORES DE AGRESSÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CARACTERIZAÇÃO BIOSOCIODEMOGRÁFICA E ANÁLISE DA AGRESSÃO.....	13
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA GESTÃO DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ DE 2017 A 2020.....	16
A ANÁLISE ESPACIAL DOS CRIMES DE VIOÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM NO PERÍODO DE 2010 A 2020	19
TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA CUIDADORES FAMILIARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA MOTORA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	21
LA INCLUSIÓN EN COLOMBIA – UNA INVESTIGACIÓN EMPÍRICA DEL CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO EN LA PARTICIPACIÓN SOCIAL DE PERSONAS EN CONDICIÓN DE DISCAPACIDAD EN ZONAS RURALES.....	24

VIOÊNCIA DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NO ESTADO DO PARÁ

Júlia Luthiany da Silva Oliveira Torres¹; Silvia dos Santos de Almeida²; Simone Souza da Costa Silva³; Rodolfo Gomes do Nascimento⁴; Katiane da Costa Cunha⁵; Luísa Souza Monteiro Oliveira⁶; Manuela Canaan Carvalho Cleophas Cunha⁷

¹ Mestranda em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, UFPA;

² Doutora em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC;

³ Doutora em Ciência da Reabilitação, Universidade de Dortmund, TU Dortmund;

⁴ Pós-doutor em Teoria e pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, UFPA;

⁵ Pós-doutora em Teoria e pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, UFPA

^{6,7} Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) na Universidade Federal do Pará^{6,7}.

julia.torres@ifch.ufpa.br

Introdução: Apesar dos avanços jurídicos e das políticas públicas, a violência contra a mulher ainda é um problema mundial. De acordo com os dados do relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência. No Brasil, segundo a base de dados do Ligue 180, disponibilizada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, em 2020, foram registradas mais de um milhão e quatrocentas mil (1.426.276) denúncias de violência contra a mulher (GOV.BR, 2020). Ao longo dos anos, observa-se que a violência contra a mulher é um problema mundial de saúde pública, sendo fenômeno complexo e multifacetado (CAMPOS, TCHALCKIAN, PAIVA, 2020; PESTANA et al., 2020). Esses dados revelam que os avanços jurídicos e das políticas públicas são necessários, mas não suficientes para mitigar a violência contra a mulher. A motivação para investigar a relação das denúncias de violência contra a mulher no período pandêmico surgiu a partir do depoimento da diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka. Na ocasião, a mesma afirmou que os múltiplos impactos da covid-19 desencadearam uma pandemia sombria com aumento da violência relatada de todos os tipos contra mulheres e meninas (NGCUKA, 2021). Nessa mesma linha, Cunha (2021) destaca a existência de uma pandemia dentro de outra pandemia, ao apontar que nesse ambiente de isolamento, os grupos vulneráveis são os que mais sofrem. Para milhões de mulheres, adultas ou não, casa não é sinônimo de lar, abrigo ou “porto seguro”, mas sim espaço de insegurança, medo, abuso e violência. Em suma, duas pandemias se encontraram: a do novo coronavírus e a violência doméstica e familiar contra a mulher, trazendo novos desafios. **Objetivos:** Objetivou-se analisar a relação entre as denúncias de violência doméstica efetuadas por meio do Ligue 180 e o avanço dos casos de covid-19, no decorrer do ano de 2020, no Estado do Pará, visando compreender de que maneira as medidas de distanciamento e isolamento social refletiram nos casos de violência doméstica. Para tanto, a pesquisa tem como objetivo responder questões levantadas na introdução, quais sejam: Q1. A quantidade de denúncias de violência contra a mulher no estado do Pará foi maior durante o período de lockdown decretado pelo governo do estado? Q2. O perfil de idade das vítimas paraenses segue a tendência mundial de que as mulheres de 15 a 24 anos estão mais vulneráveis diante da violência? Q3. O menor grau de instrução das vítimas influencia na ocorrência de violência?

Método: Para contemplar o objetivo, avaliar a hipótese, e responder as questões desta pesquisa, utilizou-se a seguinte metodologia dividida em quatro etapas: 1- Aquisição dos dados; 2- Pré-processamento dos dados; 3- Mineração das informações; e 4- Aplicação do processo de contagem. Foram utilizadas duas bases de dados públicas, quais sejam a base de dados de registros do Ligue 180 disponibilizada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (GOV.BR, 2020), e a base de dados referente aos casos de covid-19 confirmados no estado do Pará disponibilizada pela secretaria de saúde pública do governo do estado (GOV.PA, 2020). **Resultados:** No estado do Pará, o período crítico da pandemia ocorreu de 07/05/2020 até 24/05/202, no qual se estabeleceu o lockdown, conforme Decreto nº 729, de 5 de maio de 2020. Notou-se que o pico de casos da covid-19 foi acompanhado pelo pico de denúncias de casos de violência contra a mulher. A queda de denúncias nos meses subsequentes e ligeira elevação de denúncias no final do ano também acompanhou a tendência dos casos reportados da covid-19. A relação direta entre os casos de covid-19 e as denúncias de violência contra a mulher reportadas para o Ligue 180 revelam que a quantidade de denúncias de violência contra a mulher no estado do Pará foi maior durante o período de lockdown decretado pelo governo do estado. Outro resultado é de que perfil das vítimas paraenses, quanto ao quesito idade, não segue a tendência mundial de que as mulheres de 15 a 24 anos estão mais vulneráveis diante da violência. Entretanto, o fato de as mulheres paraenses com idade média de 35 anos serem as que mais denunciam não é informação suficiente para responder a segunda questão de pesquisa, pois é importante destacar que, não raras vezes, as mulheres paraenses com idade inferior a 35 anos sofrem diversas formas de violência doméstica. Além disso, para responder a terceira questão calculou-se a frequência relativa das vítimas por grau de instrução e concluiu-se que não há uma relação direta entre o grau de instrução da vítima e a ocorrência da violência. Esse fato pode ser constatado, uma vez que as vítimas que mais denunciaram foram as que possuíam ensino médio completo seguida pelas vítimas que possuíam ensino fundamental incompleto. Entretanto, considerando a idade média das vítimas paraenses analisadas na Q₂, as vítimas que possuem ensino fundamental ou médio incompleto encaixam-se no cenário educacional da educação de jovens e adultos (EJA). No Pará, segundo dados do censo de 2020, no período de 2016 a 2020, o número de matrículas da educação de jovens e adultos apresentou uma queda de 21,8% (INEP, 2021). Esse dado demonstra a tendência cada vez menor de alunas nessa modalidade de ensino. Logo, ao perceber que o percentual das vítimas de violência contra a mulher que se encaixam na modalidade do EJA é de 40% (ensino médio e fundamental incompleto), pode-se constatar que a baixa escolaridade possui sim uma influência direta sobre a ocorrência de violência contra a mulher. Conclusão: O presente estudo demonstrou que foi diretamente proporcional o aumento das denúncias de violência contra a mulher no Pará, no ano de 2020, por meio do Ligue 180 ao aumento de casos registrados de covid-19. O comportamento observado durante os dias de lockdown sugere que a vítima experimentou uma situação de vulnerabilidade ainda maior durante esse período, o que fez com que as denúncias remotas aumentassem de acordo com aumento de enclausuramento dessas mulheres com seus agressores. Outra conclusão é de que perfil de idade das vítimas paraenses não segue a tendência mundial de que as mulheres de 15 a 24 anos estão mais vulneráveis diante da violência. Além disso, não há uma relação direta entre o grau de instrução da vítima e a ocorrência da violência. Dessa forma, a partir dos resultados

alcançados, demonstrou-se a necessidade e importância de reflexões sobre os índices de violência doméstica durante a pandemia, por meio da análise de dados investigativos dos padrões de violência contra mulher em diferentes níveis e regiões.

Descritores: Segurança Pública. Violência. Mulher. Pandemia. Pará.

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID 19 NAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL DO BRASIL

Bruno Benassuly Maués Pereira¹; José Gracildo de Carvalho Júnior²; Simone Souza da Costa Silva³; Rodolfo Gomes do Nascimento ⁴; Katiane da Costa Cunha⁵

¹ Mestrando em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, UFPA;

² Doutor em Engenharia Elétrica e Mestre em Estatística;

³ Doutora em Ciência da Reabilitação, Universidade de Dortmund, TU Dortmund;

⁴ Pós-doutor em Teoria e pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, UFPA;

⁵ Pós-doutora em Teoria e pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, UFPA

bruno.maués.pereira@ifch.ufpa.br

Introdução: A pandemia de Covid-19 não só criou desafios sem precedentes para o setor público de saúde como também para a área de segurança pública. A missão das forças de segurança é crucial para qualquer estado de direito democrático, tornando-se ainda mais importante em situações de anormalidade quando o estado gregário e de colaboração mútua da sociedade deva ser resguardado. Os policiais estão frequentemente envolvidos direta ou indiretamente na resposta à pandemia e, portanto, têm maior risco de serem infectados. A natureza do trabalho desempenhado envolve contato frequente com o público, incluindo contato físico necessário na realização de buscas e prisões. Mesmo em momentos de crise, os policiais não podem se eximir de suas obrigações laborais, sendo estes essenciais para o desenvolvimento e execução plena das ações de segurança numa sociedade organizada. Os profissionais de segurança pública desempenham um importante papel no enfrentamento da pandemia de Covid-19, pois, possuem participação direta nas ações de controle promovidas pelos países, sobretudo, em regiões que adotaram medidas restritivas severas contra o deslocamento humano, face o combate ao avanço da doença implicando no aumento das demandas da segurança pública. No ano de 2020, 130.946 policiais civis e militares foram afastados do serviço e 472 foram mortos em função da pandemia de Covid-19. No mesmo ano, foram mortos 194 policiais civis e militares por Crimes Violentos Letais Intencionais, quando estes estavam em serviço ou fora dele. Portanto, a mortalidade causada pela pandemia de Covid-19, é mais que o dobro da mortalidade de policiais, no pleno exercício da função laboral ou mesmo quando estão de folga. A Polícia Federal brasileira teve que se adaptar à nova realidade com a edição de regulamentos para a proteção da saúde do próprio policial e, sobretudo para a não paralização das suas atividades. A hipótese científica desta pesquisa foi que esta emergência de saúde pública mundial impactaria nas atividades policiais produzindo resultados negativos elevados, inclusive, para as operações realizadas pela Polícia Federal do Brasil. **Objetivos:** O escopo desta pesquisa foi analisar os dados das investigações realizadas pela Polícia Federal que resultaram em uma operação policial, e, por meio da comparação dos resultados operacionais pré e pós pandemia de COVID-19, entender o impacto desta crise sanitária nas operações realizadas pela Polícia Federal, durante o ano de 2020. **Método:** Realizou-se um estudo descritivo, tipo exploratório e inferencial, de abordagem quantitativa, com uma análise documental dos dados fornecidos pela Polícia Federal do Brasil, os quais são apresentados em tabelas, gráficos e/ou figuras. A pesquisa abrange a análise das

operações da polícia judiciária deflagradas em todo o território brasileiro, durante o período de 2018 a 2020. Escolheu-se este recorte temporal em razão de ter sido a partir do ano de 2018, onde a Polícia Federal do Brasil passou a dividir suas operações em quatro classificações (especial, comum, simples e de apoio), e ainda, por ter sido o ano de 2020, o período de maior impacto da pandemia de COVID-19 no mundo, onde os governos determinaram as restrições mais severas. Os dados foram extraídos em setembro de 2021, mediante arquivo disponibilizado publicamente pelo Ministério da Justiça do Brasil, na rede mundial de computadores, por meio da página da Polícia Federal. Por sua vez os dados foram coletados originariamente pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, a quem compete dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a atividade de investigação criminal relativa a infrações penais de atribuição da Polícia Federal Brasileira. As operações foram classificadas, por grau de importância, em operação especial (definida pelo conjunto de ações planejadas e concentradas, empregando recursos extraordinários, com participação de equipe de policiais voltada para o projeto de investigação, atuando durante prazo definido, voltado ao alcance de um fim, que é a neutralização da atuação da pessoa ou grupo criminoso, também focadas na obtenção da prova do crime e identificação de sua autoria), comum (a qual não necessita de tantos recursos para ser deflagrada quanto à operação especial, mas também gera medidas cautelares para cumprimento em data definida, de maneira simultânea e coordenada), simples (operação resultante de investigação ou trabalho ostensivo da Polícia Federal brasileira, que produza uma prisão em flagrante delito ou cumprimento de mandado de prisão preventiva ou temporária de maneira isolada) e, operações de apoio (ocorrem quando uma unidade presta apoio logístico de pessoal em missão para a deflagração de uma determinada operação realizada por outro Estado). Interpretou-se inicialmente as frequências absolutas das operações executadas pela Polícia Federal do Brasil, bem como as frequências absolutas por tipo de operação realizadas. Todavia, foi realizada uma análise individualizada das coordenações, serviços e núcleos que compõe a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, por tipo de operação, com os dados analisados levando em consideração a competência investigativa de cada setor. **Resultados:** Foi possível traçar um panorama do impacto que a Polícia Federal do Brasil sofreu em decorrência do período de emergência de saúde pública. A quantidade das operações deflagradas pela Polícia Federal em 2020 apresentou desaceleração, porém, continuou com números superiores em comparação ao ano anterior, principalmente nas suas operações especiais com um aumento de 57,17%. Com a análise dos resultados operacionais de cada Divisão/Setor investigativo do órgão, observou-se que houve priorização de operações de combate à corrupção e desvio de dinheiro público, com a Divisão de Combate à Corrupção deflagrando 211 operações especiais (aumento de 44,52% em relação ao ano de 2019). Também tiveram aumento em relação ao ano de 2019 as operações especiais deflagradas pela Divisão de repressão a crimes fazendários (+27,71%), pela Divisão de operações de repressão a drogas (+8,49%), Divisão de repressão a crimes contra o patrimônio e ao tráfico de armas (+9,26%), pela Divisão de repressão contra o meio ambiente e patrimônio histórico (+40%), pela Divisão de assuntos sociais e político (+864,29%) pela Unidade de repressão a crimes de ódio e à pornografia infantil (+484,62%), pelo Serviço de repressão a crimes financeiros (+7,89%), pela Divisão de repressão a crimes contra direitos humanos (+72,73%). A única divisão que teve impacto negativo no ano de 2020 foi a Divisão de crimes previdenciários que deflagrou 38 operações especiais (-13,64% em

relação ao ano de 2019). **Conclusão:** Refutando a hipótese científica desta pesquisa, a Polícia Federal do Brasil sofreu impacto negativo muito pequeno em decorrência da pandemia de Covid-19, sobretudo, considerando sua atribuição institucional de polícia judiciária, mantendo seus resultados operacionais em níveis estáveis ou superiores na maioria das suas áreas de investigação. Esta constatação contribuiu para gerar conhecimento a respeito do trabalho desempenhado pela Polícia Federal brasileira nas suas operações, face a carência de estudos científicos sobre este tema, subsidiando o planejamento de alocação de recursos de pessoal, materiais e financeiros para os setores que mais produziram resultados, ou mesmo, fomentando ações administrativas aos setores que estão com resultados negativos, além de auxiliar outras unidades da polícia judiciária para traçar metas operacionais durante períodos de crise. Esta pesquisa limitou-se à análise das frequências absolutas e relativas dos dois anos anteriores à pandemia de Covid-19, a partir das operações deflagradas pela Polícia Federal do Brasil, ignorando variáveis operacionais como prisões realizadas, mandados de busca cumpridos ou apreensão de bens e valores. Outras pesquisas podem complementar o presente estudo, como por exemplo, a análise dos resultados das investigações que não resultaram em operações policiais, formalizadas apenas por inquéritos policiais instrutórios sem a necessidade de recursos especiais de investigação.

Palavras-Chave: segurança pública; resultados operacionais; saúde pública.

IDOSOS ENCARCERADOS NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Diego Souza de Almeida¹; Simone Souza da Costa Silva²; Katiane da Costa Cunha³; Rodolfo Gomes do Nascimento⁴

¹ Psicólogo, mestrando em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA).

² Psicóloga, pós-doutora em Ciência da Reabilitação, (UFPA)

³ Fisioterapeuta, pós-doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UEPA)

⁴ Fisioterapeuta, pós-doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA)

diego.almeida247@gmail.com

Introdução: Nas últimas décadas houve grande crescimento da população idosa no mundo. No Brasil segundo as projeções, em 2025 haverá a sexta maior população idosa do mundo, com previsões que até 2030 o número de idosos ultrapassará o total de crianças entre 0 e 14 anos. A OMS afirma que o aumento da expectativa de vida está associado a melhoria nos indicadores de saúde, e à redução das taxas de fecundidade. Para a literatura, o aumento da expectativa de vida no mundo inteiro ocorreu devido os avanços da tecnologia, urbanização e da medicina o que possivelmente aumentou a qualidade de vida das pessoas ampliando a longevidade. A velhice é acompanhada naturalmente de déficits, alterações na funcionalidade, perdas psíquicas que resultam em solidão ao final da vida. Todas estas vulnerabilidades e outras perdas naturais dependem das capacidades com que a pessoa nasceu, das condições de vida e das relações que estabeleceu ao longo do tempo. O envelhecimento é um processo multifatorial, progressivo e dinâmico, resultado direto da relação entre o sujeito e a sociedade em que vive. As alterações devido a idade representam fatores de risco e o surgimento de doenças crônico-degenerativas que culminam com a dependência e perda da qualidade de vida. O “envelhecimento ativo” é o processo de envelhecer maximizando e prolongando uma expectativa de vida mais funcional. Para tanto, é vital manter a independência e prevenir deficiências cuidando de hábitos alimentares e atividade física o que culmina em controle maior da saúde física e psicológica. A população idosa encarcerada do Brasil nas últimas décadas é grande, no entanto ainda conta com poucas publicações científicas. As perdas que marcam o envelhecimento associada às dificuldades econômicas e sociais contribuiu com o crescimento do número de idosos encarcerados. No Brasil, em 2008 haviam 3.174 idosos no sistema carcerário, no final de 2020 já contabilizava um total de 11.632. O poder público não estava preparado para o crescimento rápido da população idosa no sistema carcerário, portanto proporcionar e manter a qualidade de vida desta população tem sido um desafio. As condições sub-humanas do Sistema Penitenciário Brasileiro contribuem para despersonalização, estigmatização entre outras formas de neutralização e impedimentos ao desenvolvimento humano e com isso potencializam a criminalidade. **Objetivo:** A presente revisão tem por objetivo caracterizar metodologicamente e descrever os principais resultados obtidos em estudos empíricos sobre idosos no cárcere brasileiro entre 2011 e 2021. **Método:** Para a construção da questão de pesquisa, empregou-se a estratégia PVO, P – problema de pesquisa (idosos encarcerados); V - variáveis (características metodológicas e principais resultados dos estudos); O – resultados encontrados (identificar, descrever e analisar os estudos com idosos encarcerados). Para refinar foram utilizados critérios de inclusão como publicações realizadas entre 2011 à 2021, estar disponível na íntegra, ser relacionados ao tema

e apenas estudos empíricos. Foi estabelecido como critérios de exclusão: editorial, resenha, relato de experiência, reflexão teórica, dissertação, tese, monografia, carta, resumo de anais e eventos; artigos de revisão. A busca ocorreu no banco de dados da Capes e SciELO onde se utilizou dos seguintes termos: idoso e encarcerado. Tal banco foi constituído por três estudos onde é analisado características gerais e metodológicas e seus principais resultados. Em geral as pesquisas utilizaram entrevistas semiestruturadas como coleta de dados, análise de conteúdo para tratamento de dados e questionários sociodemográficos. Os estudos passaram por testes de relevância em que dois juízes seguiram com rigor os critérios estabelecidos, se os estudos apresentavam termos buscado no título ou nas palavras-chaves. Na fase seguinte, foi analisado se: os estudos apresentavam instrumentos definidos e específicos; os autores descreviam os procedimentos de análise; e se a descrição dos resultados estava de acordo com a metodologia. A decisão final para inclusão do artigo foi baseada no teste de relevância, sendo necessária a concordância dos dois juízes. Todas as análises foram submetidas ao cálculo do Índice de Concordância (IC), a fim de que fossem asseguradas a confiabilidade e credibilidade aos estudos selecionados para a análise final. **Resultados e Discussão:** Quanto as características gerais e metodológicas, observou-se que apenas no ano de 2020 e 2021 aumentaram as pesquisas na área além de todas apresentarem objetivos descritivos, o que demonstra pouca produção. Das três pesquisas apenas uma utilizou instrumento padronizado (Mini-Mental) e quanto a técnica de investigação adotada, observa-se que os três estudos adotaram entrevistas semiestruturadas e apenas um utilizou a triangulação de métodos, adotando em sua coleta a observação participante, grupo focal e entrevista semiestruturada. Entre os principais resultados encontrados nos estudos revisados nota-se a pretensão de um recomeço, o autocuidado e preocupações com a saúde, a idealização da liberdade reconhecendo a dificuldade fora do cárcere e por fim, foi bastante enfatizada a religiosidade. A análise dos dados revelou que o cárcere potencializa o sofrimento e os déficits inerentes ao envelhecimento humano. Os dados encontrados foram coletados em apenas duas regiões do país (Sudeste e Nordeste), o que acarreta a necessidade de se diversificar os estudos considerando as peculiaridades apresentadas pela população idosa e encarcerada nos diferentes contextos que compõe o território brasileiro. A análise revelou o predomínio de estudos qualitativos que permitiram conhecer os sentidos e significados das experiências dos participantes investigados, todavia reconhece-se a importância de se realizar estudos quantitativos que permitam acessar informações mais gerais da população idosa que vive no cárcere. As amostras apresentaram pouca informação sobre os participantes o que dificulta o conhecimento acerca dos idosos encarcerados no Brasil. Foi possível observar a fragilidade de padronização de instrumentos dos estudos sobre o tema, uma vez que apenas um dos estudos usou um instrumento validado. Os dados encontrados nos estudos revisados destacaram diversos aspectos sobre a população investigada, tais como, preocupações com no tempo (memórias e expectativas de futuro), cuidados com a saúde, religiosidade, percepção sobre o espaço prisional e sobre o envelhecimento no cárcere. Os dados encontrados são coerentes com estudos realizados em outros países como Portugal, que ao realizar um estudo com idosos no cárcere ressaltaram que o encarceramento de idosos naquele país é percebido pelos idosos como um processo marcado por diversas perdas e sentimentos negativos. A percepção negativa do envelhecimento no cárcere foi evidenciada em todos os estudos do banco analisado, por exemplo, destaca a preferência do idoso em

morrer do que estar preso. As falas dos participantes dos estudos revisados evidenciam o cárcere como um contexto de risco ao desenvolvimento da pessoa idosa. **Conclusão:** No intuito de organizar dados apresentados em pesquisas empíricas sobre idosos encarcerados, esta revisão identificou os principais métodos utilizados e uma compreensão dos estudos analisados sobre este sujeito. Esta pesquisa, porém, foi limitada, uma vez que um reduzido número de pesquisas foi analisado em virtude da escassez de publicação sobre o tema. Por se tratar de um tema ainda pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros, entende-se que são muitas as possibilidades de investigação sobre os idosos encarcerados no Brasil. Assim, sugere-se que estudos futuros sejam realizados de forma integrada (quanti/quali), investigando por exemplo o perfil do idoso encarcerado no Brasil, os motivos do encarceramento, os vínculos mantidos pelos idosos no cárcere, etc. Acredita-se que o acúmulo de evidências sobre esta população pode contribuir com a geração de políticas públicas que favoreçam a qualidade de vida dos idosos que vivem no cárcere. Adicionalmente, a presente revisão demonstrou a necessidade de mais estudos sobre o tema.

Palavras-chaves: Idoso, encarcerado, envelhecimento, cárcere, prisão.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Carolina Moreira da Costa¹; Cybelle Bezerra Sousa Flôrencio²; Simone Souza da Costa Silva³;
Rodolfo Gomes do Nascimento⁴; Katiane da Costa Cunha⁵

¹ Assistente Social, Mestranda em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará (UFPA);

² Pedagoga, Mestre em Pesquisa e Teoria do comportamento, Universidade Federal do Pará (UFPA);

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA);

⁴ Fisioterapeuta, pós-doutor em Pesquisa e Teoria do comportamento, Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁵ Fisioterapeuta, pós-doutora em Pesquisa e Teoria do comportamento, Universidade Federal do Pará (UFPA).

carolcmc2@gmail.com

Introdução: A violência sexual, ato de violação de direitos humanos e especificamente os direitos sexuais, segue no Brasil sendo realidade. Este tipo de violação se caracteriza em atos sexuais sem consentimento, que podem estar relacionados a contato físico ou não. Observa-se que as potenciais vítimas são crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos. Quando se trata de crianças e adolescentes, essas ações passaram a ser consideradas crimes após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim como o ECA, o Estatuto da Pessoa com Deficiência faz referência a importância de desenvolvimento pleno sob condições dignas e de igualdade; além de instituir medidas sobre as práticas de crime contra pessoas com deficiência (BRASIL, 2015). Crianças e adolescentes com deficiência constituem um público que se encontra em situação de vulnerabilidade por suas condições de desenvolvimento (CRAWFORD-JAKUBIAK et al., 2017; MIRELLA BATISTA DOS SANTOS et al., 2017; PLATT et al., 2018). Os agressores sexuais de pessoas com deficiência são geralmente pessoas conhecidas que se beneficiam das limitações da vítima (CRAWFORD-JAKUBIAK et al., 2017). **Objetivos:** o objetivo desse estudo é descrever, através de uma Revisão integrativa de Literatura, os estudos que investigaram a violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo, com objetivo de realizar análise crítica de estudos empíricos. Dividida em (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca sistemática (3) estabelecimento dos critérios de inclusão (4) seleção dos artigos; (5) extração dos dados; (6) avaliação dos estudos; (7) apresentação da revisão. Foram feitas buscas no Portal Adolec Brasil e na base Scielo, utilizando como critérios de inclusão: a) estudos em formato de artigo; b) periódico revisado por pares; c) acesso aberto; d) está disponível em versão no idioma inglês e português; e) situarem sua publicação entre os anos de 2010 a 2020. Para seleção dos estudos, foram utilizados os descritores: deficiência OR deficiency associado as palavras violência sexual OR sexual violence ou deficiência OR deficiency associado as palavras abuso sexual OR sexual abuse, após a aplicação de filtros, obteve-se 13 achados. Foram aplicados testes de qualidade metodológica relevantes, no primeiro teste foram analisados se os estudos traziam os descritores no título, resumo ou corpo do texto, e se a pesquisa se tratava de um estudo

aplicado a populações de crianças e adolescentes com deficiência, os estudos aprovados no primeiro teste foi submetido a uma segunda avaliação que verificaram, a partir do resumo e do método descrito no artigo, se: a) o objetivo do estudo é apresentado claramente; b) se apresenta dados sobre a violência contra a população do estudo; c) se o estudo foi aplicado em população de adolescentes e crianças com deficiência; e) se o procedimento de análise dos dados obtidos com os instrumentos está descrito adequadamente. Com a organização e análise dos dados, passou-se à interpretação, utilizando-se conceitos e pesquisas sobre violência sexual e suas referências levantadas nos bancos de dados supracitados. **Resultados:** Ao final da busca e refinamento, restaram 04 artigos que atenderam os objetivos da Revisão Integrativa proposta. Os estudos analisados adotaram um caráter quantitativo, qualitativo ou ambos, sendo 1 quantitativo, 2 qualitativos, e 1 quantitativos/qualitativos. Dos 4 estudos revisados, 3 foram publicados em inglês e 1 português. Em relação a nacionalidade do estudo, 1 foi realizado nos Estados Unidos da América, 1 na África do Sul, 1 na Suécia, e 1 no Brasil. Quanto ao período, foi observado que todos os estudos foram publicados entre os anos de 2010 a 2016. Em se tratando do caráter das pesquisas, 1 estudo teve caráter longitudinal e 3 estudos tiveram caráter transversal, sendo 2 empíricos e 2 documentais. O estudo de Alriksson-Schmidt, Armour e Thibadeau (2010), é uma análise documental de um banco de dados dos Estados Unidos que trata sobre Comportamentos de Risco. Esse banco foi construído no ano de 2005, sobre o qual foram aplicados questionários com perguntas objetivas relacionadas ao risco de violência sexual numa população de 7.193 meninas do ensino médio nos Estados Unidos, com idades entre 15 e 18 anos. Observaram que as meninas com deficiência estavam mais propensas a passarem por atos sexuais forçados com penetração. O estudo apontou como motivação, as questões de limitação física (locomoção) e perspectiva mais vulnerável. De acordo com os dados, a prática da violência está relacionada a fatores como: alcoolismo, uso de cigarro ou drogas pesadas, tristeza e conduta violenta, fatores que podem ser apresentados com ocorrência antes da prática da violência ou após. O estudo de Nyokangi e Phasha (2016), é um estudo de campo realizado com 16 participantes com deficiência mental/intelectual, sendo cinco do sexo masculino e onze do sexo feminino. Os dados foram levantados por meio de grupo focal e entrevista com todos os 16 participantes. Foi realizado em uma escola especializada em ensino aprendizagem com portadores de deficiência intelectual. Teve por objetivo analisar os fatores geradores da violência sexual contra adolescentes com deficiência no ambiente escolar. Ficou constatado que existe forte prevalência de violência contra adolescentes com deficiência intelectual. Dentre as principais violências sexuais, estão: Atos sexuais forçados com e sem penetração, pornografia e exploração sexual. Brunnberg, Boström e Berglund (2012), em seu texto, assim como o estudo 1, é uma pesquisa documental que contou com banco de dados de duas outras pesquisas, sendo uma realizada no ano de 2005, com 2.254 alunos, e a segunda em 2007, com 2.641 questionários dos participantes, alunos de escolas da Suécia. Compararam o uso de força na primeira relação sexual de adolescentes, com deficiência e sem deficiência. Buscou demonstrar o que pode ocorrer no desenvolvimento de adolescentes com deficiência quando estes sofrem violência sexual, que geralmente apresentam atraso cognitivo e intelectual. Além de demonstrar que adolescentes com deficiência tendem a iniciar a vida sexual mais cedo do que aqueles sem deficiência. O artigo “Sexuality and intellectual handicap: parents' narratives”, de Bastos e Deslandes (2012), é uma de pesquisa de campo

com 14 pais de adolescentes (9 responsáveis por adolescentes dos sexos feminino, e 5 responsáveis por adolescentes do sexo masculino), todos os meninos e meninas com deficiência intelectual. Os dados foram levantados a partir de entrevistas com os responsáveis (pais, mães, avós). Abordou questões relacionadas a sexualidade de adolescentes com deficiência. Desde a descoberta de seus corpos à questão da violência sexual, estes afirmam ter receio sobre a questão da iniciação sexual dos jovens por medo de que sofram abuso. A deficiência que é mais visualizada nos escritos é a intelectual (50%) e posteriormente a física (25%) e as múltiplas deficiência (25%). Essa última é caracterizada por se tratar de quando a criança ou adolescente apresentou mais de uma deficiência. Cerca de 75% (n=3) dos estudos apresenta como potenciais vítimas ambos os sexos, e 25% (n=1) as do sexo feminino. Em 75% (n=3) dos estudos foram destacadas a fase de desenvolvimento da pessoa vítima de violência sexual, sendo a adolescência o momento mais suscetível a este tipo de violência. Já a ação violenta mais citada foi o ato sexual forçado com penetração (n=3), seguido de ato sexual forçado sem penetração, pornografia, exploração sexual, abuso sexual. **Conclusão:** A presente RIL possui algumas limitações, uma vez que embora os portais onde foram realizadas as buscas disponibilizem um grande acervo de pesquisas internacionais e nacionais, sugere-se que pesquisas futuras sobre o tema sejam realizadas em outros portais e bases. A presente revisão pode contribuir em mostrar, além da escassez de pesquisas sobre o tema, visualizar a tipologia do abuso sobre essa população, os tipos de deficiência mais vulneráveis a violência sexual. Também indicou a necessidade de explorar mais vieses para descrever e caracterizar um fenômeno como a violência sexual, que pode afetar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, já comprometidos pela deficiência. Nesse sentido, pretende-se, com esta revisão, despertar o interesse da comunidade científica em geral para que estudos sejam desenvolvidos com essa temática.

Descritores: Violência sexual. Infância e adolescência. Pessoa com deficiência.

PAIS, AUTORES DE AGRESSÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CARACTERIZAÇÃO BIOSOCIODEMOGRÁFICA E ANÁLISE DA AGRESSÃO

Marisa Trindade Pereira¹; Laiana Soeiro Ferreira²; Simone Souza da Costa Silva³; Rodolfo Gomes do Nascimento⁴; Daniela Castro dos Reis⁵; Lilia Iêda Chaves Cavalcante⁶; Katiane da Costa Cunha⁷

¹ Terapeuta Ocupacional, mestranda do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Terapeuta Ocupacional, especialista em Desenvolvimento Infantil (UEPA), doutoranda pelo PPGTPC (UFPA).

³ Psicóloga, doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, pós-doutora em Ciências da Reabilitação pela Universidade de Dortmund (Alemanha), professora do PPGTPC (UFPA).

⁴ Fisioterapeuta, pós-doutor pelo PPGTPC - UFPA, professor da UEPA e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/UFPA).

⁵ Psicóloga, doutora pelo PPGTPC – UFPA, professora do PPGTPC-UFPA.

⁶ Assistente Social, doutora pelo PPGTPC-UFPA, pós-doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do PPGTPC-UFPA.

⁷ Fisioterapeuta, pós-doutora pelo PPGTPC - UFPA, professora da UEPA e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/UFPA).

Introdução: A agressão sexual contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública complexo, multifacetado e endêmico. Emerge na desigualdade de poder, em relação assimétrica entre autor da agressão e crianças/adolescentes para obtenção de prazer sexual. Envolve atos de diversas naturezas como estupro, incesto, assédio, exploração sexual, pornografia, manipulação de genitália, ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais, práticas eróticas impostas e voyeurismo. Pesquisas sobre o assunto tem focado em resultados referentes à vítima, e pouco se estuda sobre o autor da agressão. O incesto parece ser um dos temas sobre o autor de agressão sexual ainda inexplorado, caracterizado como histórico e complexo, sua compreensão é necessária uma vez que ajuda a promover a reflexão sobre a família e as funções parentais. O modelo Bioecológico faz referência a importância da função parental no desenvolvimento do indivíduo, relação que forma padrões de interação que constitui os veículos de mudança comportamental. A compreensão da agressão sexual contra crianças e adolescentes, implica em compreendê-la de forma multidimensional, isto é, suas causas, suas características e consequências. Pesquisar as consequências da violência sexual considerando a vítima e não entender as características do autor da agressão, consiste em desconhecer a origem do problema em sua totalidade. **Objetivo:** Para contribuir com a literatura sobre agressão sexual contra criança e adolescente na perspectiva do autor, esta pesquisa teve como objetivo caracterizar biossociodemograficamente pais autores de agressão sexual contra criança e adolescente (AASCA), assim como descrever as características da agressão sexual perpetrada. **Método:** O método da pesquisa caracterizou-se por um estudo empírico, de caráter descritivo-exploratório com delineamento de corte transversal e abordagem quantitativa. Os dados foram coletados em comarcas de sete municípios do estado do Pará (Belém, Ananindeua, Santa Izabel, Abaetetuba, Altamira, Castanhal e Parauapebas).

Os participantes foram 283 pais AASCA, que atendiam ao critério de ser pai, cuidador, responsável por alguma criança e/ou adolescente. Como instrumento de coleta foi utilizado o formulário caracterização biopsicossocial do autor da agressão sexual. Sobre as características dos AASCA para a análise de dados, considerou-se o aspecto biológico (sexo, idade e raça/cor), social (escolaridade, número de filhos, estado civil e ocupação), grau de parentesco com a vítima e características da agressão (severidade/gravidade e os atos de sexualidade praticados). Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva simples e apresentados em frequência absoluta, percentual e medida de tendência central (mediana e desvio padrão). Para análise, os resultados foram organizados em três tópicos: no primeiro foram analisadas as características biosociodemográficas, no segundo foi avaliado a relação do autor da agressão com a vítima e no terceiro mensurada as características do ato de agressão sexual e explorado o nível de severidade/gravidade da violência. **Resultados:** Observou-se discrepância percentual entre municípios. O perfil biosociodemográfico apontou para AASCA com idade entre 19 e 86 anos, com média de 43,82, desvio absoluto de 24,81, desvio médio absoluto de 7,11 e desvio padrão de 0,57. Cor/raça apontou para 24 (8,48%) brancos, 154 (54,41%) pretos/pardos, 179 (61,12%) pretos, e 86 (30,38%) sem informação. Quantidade de filhos mostrou que 262 pais possuíam prole igual e menor a 5 filhos e 21 pais possuíam prole maior de 5 filhos. Estado civil, com conjugue 204 (72,09%), sem conjugue 67 (25,79 %) e sem informação 6 (2,12%). Escolaridade, analfabetos 15 (5,3%), ensino fundamental 118 (41,70%), ensino médio 83 (29,32%), ensino superior 17 (6%) e sem informações 50 (17,68%). Ocupação, com ocupação 198 (62,18%), sem ocupação 42 (14,84%) e sem informações 43 (15,19%). Em relação a análise do grau de parentesco do AASCA com a vítima e os possíveis casos de incesto, identificou-se que do total de 283 pais participantes da pesquisa 112 cometeram a agressão no meio extrafamiliar (39,58%) e 171 cometeram a agressão no meio intrafamiliar (60,42%). Das 171 agressões cometidas, no meio intrafamiliar, identificou-se relação incestuosa com vítima na proporção de 51 (18%) padrastos, 44 (15,54%) pais biólogos, 39 (13,78%) tios, 19 (6,71%) avôs, 9 (2,12%) primos, 5 (1,76%) padrasto avô e 4 (1,41%) cunhados. A análise das características do ato de agressão foi realizada considerando sua severidade/gravidade. Neste sentido, foi construído as seguintes categorias: a) agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa foi identificado em 184 (65,02%) casos. b) agressão sexual “menos” severa, como exibicionismo e abuso verbal foi encontrado em 40 (14,13%) dos casos. c) agressão sexual com contato físico, sem uso da força, com sedução foi identificado em 56 (19,79%). Os atos de agressão podem apresentar-se mais de uma vez, esfregar-se na vítima foi encontrado em 138 situações, sexo vaginal em 120 dos casos, assédio foi observado em 91 das agressões; sexo anal em 72 vezes; o exibicionismo foi encontrado em 70 vezes, sexo oral em 57 dos casos, tirar as roupas da vítima ocorreu em 57 situações; o beijo apareceu em 10 casos; a obrigação de assistir relações sexuais de terceiros 5 vezes (voyeurismo); assistir filme pornográfico ocorreu em 5 casos e foto/filmagem apareceu em 1 caso. As pesquisas apontam lacunas no sistema de notificação nacional de violência sexual contra crianças e adolescentes, demonstrando a não notificação como prática na rotina de profissionais da saúde. Observa-se ainda disparidades entre capitais e interiores na distribuição destes profissionais. Em conjunto, esses fatores podem contribuir para diferença percentual entre as cidades. Associando-se a ausência e/ou precariedade de políticas de proteção e apoio social, como delegacias de proteção à criança e ao adolescente e a ausência

de figuras parentais protetoras. Nos dados biosociodemográficos, em relação a faixa etária, inferiu-se que o valor encontrado tende para a dispersão, afastando-se do zero, apresentando um dado biosociodemográfico com várias faixas etárias. A análise da cor/raça mostrou que 30,39% dos dados não possuíam informações, contudo observa-se uma porcentagem maior para pretos/pardos 61,12%, ressalta-se que a população paraense, segundo dados do IBGE, está entre os estados que mais se autodeclararam pretos/pardos (76,7%) no Brasil. O estado civil apontou elevada porcentagem de pais AASCA com cônjuge, sugerindo que as causas dos abusos possivelmente não possuem relação com a ausência de relacionamentos. Os dados da ocupação apresentam uma porcentagem maior para o desempenho de atividades ocupacionais quando o crime foi cometido. Diferente da literatura que indica existência de relação positiva entre o desemprego e criminalidade. Os casos incestuosos, analisados no segundo tópico, apareceram em 60,42% dos casos, estudos revelam a necessidade de se compreender a família e funções parentais, uma vez que as relações incestuosas ocorrem no espaço familiar, onde são vivenciados os vínculos essenciais à formação da personalidade. As figuras familiares que aparecem com mais frequência são os padrastos, os pais e os tios. Ratificando os estudos, que indicam maior probabilidade de o AASCA serem o pai ou o padrasto. O terceiro tópico, onde foi analisado as características da agressão, observou-se que o uso da força e/ou outro tipo de coerção severa, foi a mais encontrado em 65,02% dos casos e o ato de esfregar-se na vítima, seguido do sexo vaginal, foram os atos de agressão mais frequentes. Estudos mostram o grau da agressão, tipo de coerção severa, resulta em consequências extremamente negativas tanto a curto como a longo prazo para as vítimas, com implicações múltiplas e devastadoras do ponto de vista emocional e físico. **Conclusão:** Os achados apontam que os AASCA não possuíam elementos em seus aspectos biosociodemográficos sinalizadores de aspectos causais para o crime. Os dados sobre incesto alertam para motivos causais relacionados a danos na estrutura familiar. A discrepância percentual entre algumas cidades, sinalizam para a importância da informação. Observa-se que o tema necessita de mais estudos e recortes, pois aspectos importantes do desenvolvimento, relações familiares e vínculos afetivos dos AASCA precisam ser melhor investigados para compreensão de todo o ciclo de violência.

Palavras-chaves: pais, agressão sexual contra crianças e adolescentes, incesto

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA GESTÃO DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ DE 2017 A 2020

Jonas Gomes de Sousa¹; Renato Hidaka Torres²; Simone Souza da Costa Silva³; Rodolfo Gomes do Nascimento⁴; Katiane da Costa Cunha⁵

¹ Mestrando em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará (UFPA);

² Bacharel em Ciência da Computação pelo Centro Universitário do Pará, Doutor em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Pará (UFPA);

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA);

⁴ Fisioterapeuta, pós-doutor em Pesquisa e Teoria do comportamento, Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁵ Fisioterapeuta, pós-doutora em Pesquisa e Teoria do comportamento, Universidade Federal do Pará (UFPA).

Introdução: A Segurança Pública possui um dos maiores orçamentos públicos do Brasil. Esse orçamento é dividido na esfera federal (12%), estadual (82%) e municipal (6%), sendo executado, em conjunto, por essas três esferas de governo. Os estados, por sua vez, são responsáveis pela maior fatia desses recursos, possuindo a responsabilidade de manejar um complexo arranjo entre as polícias, autoridades penitenciárias, Ministério Público e Poder Judiciário. O Estado do Pará é responsável pelo maior orçamento destinado à segurança pública na região norte do país apresentando grande relevância no cenário nacional quando se trata do orçamento destinado às políticas de segurança pública. Seu orçamento destinado à segurança pública em 2020 foi de R\$ 3 bilhões, já em 2021 foi de R\$ 3,4 bilhões, o que representa um incremento de 11,77% em relação ao ano anterior. Todavia, apesar de tamanha relevância, são escassos os estudos que avaliam a execução do orçamento destinado à segurança pública no Estado do Pará, sobretudo avaliações de forma quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa deve comparar a previsão orçamentária, constante na Lei Orçamentária Anual, com o percentual efetivamente executado ao fim de cada exercício. Por outro lado, a análise qualitativa separa o orçamento obrigatório (impositivo) do orçamento discricionário na administração pública, fazendo uma análise restrita ao orçamento discricionário. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar a execução orçamentária de algumas instituições de segurança pública do Estado do Pará, no período de 2017 a 2020, de maneira quantitativa e qualitativa. Quando a análise foi quantitativa, verificou-se tanto o orçamento destinado às despesas obrigatórias, relativas ao orçamento impositivo, quanto ao orçamento discricionário, sendo denominado assim com orçamento global. Já quando a análise foi qualitativa, restringiu-se a análise da execução apenas ao orçamento discricionário, ou seja, aquele que permite ao gestor decidir como gastar o dinheiro público. O orçamento obrigatório, ou impositivo, impõe ao gestor a obrigatoriedade de execução do orçamento para determinados fins, ou seja, sem margem para o responsável decidir onde deve aplicar o dinheiro, por exemplo, o orçamento impositivo de pessoal. O orçamento impositivo de pessoal deve rigorosamente ser utilizado para pagamento de despesas com folha de pagamento de pessoal, não sendo permitida a utilização da verba para outros fins. Por outro lado, o orçamento discricionário permite ao gestor decidir qual a melhor forma de aplicação daquele recurso. A principal maneira de se utilizar este orçamento é por

meio do investimento. Assim, a fim de tornar a análise qualitativa viável, foi necessário aferir os percentuais de execução do orçamento destinado ao investimento, ou seja, do orçamento discricionário na segurança pública do Estado do Pará. **Método:** Nesse sentido, desenvolveu-se o estudo de forma “quali-quantitativa”. Além disso, a pesquisa foi exploratória, que é utilizada quando se busca maior precisão para definição do problema e descritiva que, por sua vez, tem como intuito registrar, analisar e interpretar fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente bem como descrever características de determinado fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas. O locus da pesquisa foi o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, que possui uma plataforma de fiscalização denominada Fiscalis. Nesta plataforma, os jurisdicionados carregam as prestações de contas anuais sempre ao fim de cada exercício para que sejam auditadas pelo TCE/PA, instituição detentora do Controle Externo Estadual. Tendo em vista que o pleno funcionamento do Sistema Fiscalis iniciou-se apenas em 2017, o presente trabalho limitou seu marco temporal ao período de 2017 a 2020. Para definir as instituições de segurança pública objeto de análise do presente estudo, adotou-se como critério de seleção o orçamento anual, a partir da Lei de Orçamentária Anual de 2020, e a relevância quanto à gestão. Desse modo, foram definidas a Polícia Militar e a Polícia Civil por serem responsáveis por mais de 60% do orçamento da Segurança Pública Paraense e a Secretaria de Segurança Pública, por ser o órgão central do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará. Como critério adicional utilizou-se a especificidade da atribuição institucional do órgão, ou seja, não ter atividade equivalente em outros órgãos de segurança pública, além de ser uma instituição presente nos principais centros urbanos do Estado do Pará. Desse modo a quarta e última instituição escolhida para ser analisada no presente estudo foi a Secretaria de Administração Penitenciária. Portanto, o presente estudo analisou a execução orçamentária de forma quantitativa e qualitativa da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Administração Penitenciária, todas elas do Estado do Pará. **Resultados:** A Polícia Militar, que possui o maior orçamento entre as instituições analisadas e a única com orçamento maior que R\$ 1 bilhão anual, apresentou média de execução global acima de 90% nos anos de 2017 a 2020, todavia a média de execução do orçamento destinado ao investimento foi de apenas 58,25% por cento. A Polícia Civil, possuidora do segundo maior orçamento, também executou seu orçamento global acima de 90%, contudo, a média de execução do orçamento discricionário, no período de 2017 a 2020, foi de apenas 47%. A secretaria de Segurança Pública, que tem o menor orçamento dentre as quatro instituições estudadas, executou seu orçamento global a média de 88,95% no período estudado, embora sua execução do orçamento destinado a investimento tenha sido de apenas 53,5% no mesmo período. Por fim, A Secretaria de Administração Penitenciária, órgão estratégico, que possui orçamento mais robusto em relação à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, manteve uma média de execução global acima de 90% entre 2017 a 2020. No entanto, a média de execução do orçamento discricionário foi de apenas 58% nesse período. **Conclusão:** Pela análise dos dados obtidos, constatou-se que há alta taxa de execução orçamentária, acima de 90%, quando se trata do orçamento destinado às despesas obrigatórias e as despesas discricionários, ou seja, do orçamento global. Todavia, quando se trata da execução do orçamento discricionário, houve baixa taxa de execução, atingindo, em alguns exercícios, níveis menores que 50% (cinquenta por cento) de execução do orçamento disponível. Há maior tendência de execução

orçamentária pelas instituições de segurança pública do Estado do Pará quando o orçamento é destinado às despesas obrigatórias e discricionárias. Por outro lado, há menor execução quando o recurso seria destinado ao investimento, ou seja, quando se tratava do orçamento discricionário.

Palavras-chave: Investimentos; Polícia Militar; Polícia Civil; Administração Penitenciária; Segurança Pública.

A ANÁLISE ESPACIAL DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM NO PERÍODO DE 2010 A 2020

Letícia Araújo Lima¹; Jonas Carvalho e Silva²; Silvia dos Santos de Almeida³; Simone Souza da Costa Silva⁴; Rodolfo Gomes do Nascimento⁵; Katiane da Costa Cunha⁶-.
 1 Mestranda em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, UFPA

2 Pós-Doutorado em Ciências da Reabilitação, Universidade de Dortmund, TU DORTMUND

3 Doutora em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC;

4 Pós-doutora em Ciência da Reabilitação, Universidade de Dortmund, TU Dortmund;

5 Pós-doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, UFPA;

6 Pós-doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, UFPA.

leticia.araujo.lima@ifch.ufpa.br

Introdução: São elevados os índices de violações à direitos, em especial aos direitos das crianças vítimas de violências. A violência contra a criança é considerada um problema social e, neste aspecto, compreende categorias específicas, como física, psicológica, sexual e a negligência. Para Azevedo (1994), a violência física é o uso da força física de forma intencional com o objetivo de ferir ou destruir a criança; a violência sexual é considerada uma das mais frequentes formas de abuso no ambiente familiar. Já para Minayo (2006), a violência psicológica é pautada em atos de rejeição e depreciação à criança, a fim de atender as necessidades psíquicas de uma pessoa e a negligência é a omissão dos pais/responsáveis diante das necessidades básicas da criança. Desse modo, nos casos de violência se leva em conta características e elementos que compõem o contexto do crime, horário de ocorrência, grau de relação do autor com a vítima e o capital social. O contexto do crime possui relevância dado os seus elementos estarem associados à violência espacial, principalmente acerca do seu perfil contendo informações sobre o horário de ocorrência e grau de relação do autor da violência com a vítima. Ressalta-se, de acordo com Álvarez et al (2007), que a violência espacial é caracterizada pela segregação do espaço pautado em elevados índices de registros de violência, o qual, geralmente ocorre em espaços periféricos. Partindo desse pressuposto, segundo Kim (2021), o capital social é um atributo social associado ao aumento da eficiência social, bem como consiste em recurso de revitalização democrático que promove a construção da identidade coletiva e sua associação à violência espacial é fonte importante para a compreensão da construção histórica/territorial dos espaços do crime como propriedades associadas às dinâmicas sociais, as quais envolvem as ocorrências da violência.

Objetivos: Assim, buscou-se descrever a distribuição espacial da violência contra a criança na Região Metropolitana de Belém, através do seu processo histórico de desenvolvimento, bem como dos registros da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), no período de 2010 a 2020. **Método:** Trata-se de uma pesquisa documental descritiva, com abordagem quantitativa e uso de estatística descritiva, apresentada em forma de representação gráfica. O banco de dados apresentou informações sobre unidade de origem de ocorrência; data e hora do registro; data e hora do fato; consolidação e especificações do crime; causa presumível; meio empregado; local de ocorrência; idade, faixa etária e sexo da vítima; sexo do autor e grau de relação com a vítima. Após a recepção do material, foram selecionadas as seguintes

variáveis do estudo: faixa etária, vínculo do autor da violência com a vítima, tipificação, horário e local do crime. **Resultados:** Os resultados apontaram predomínio de casos em bairros periféricos, violência sexual (estupro de vulnerável) praticados por adultos (padrastos, pais e tios) entre 35 (trinta e cinco) anos e 64 (sessenta e quatro) anos, durante a manhã e à tarde em ambiente doméstico. Desse modo, Belém apresentou o maior quantitativo de casos, com 574 (quinhentos e setenta e quatro), com ocorrência elevada em bairros periféricos (Tapanã, Jurunas e Guamá), violência sexual (estupro de vulnerável) perpetrada em sua maioria por adultos entre 35 (trinta e cinco) a 64 (sessenta e quatro) anos, com grau de relação com a vítima de padrasto. A ocorrência da violência se deu principalmente no período da tarde e no ambiente doméstico. O município de Ananindeua conta com 201 (duzentos e um) casos, apresentando maior ocorrência em bairros periféricos (Coqueiro, Cidade Nova e Icuí-Guajará), violência sexual (estupro de vulnerável) perpetrada em sua maioria por adultos entre 35 (trinta e cinco) a 64 (sessenta e quatro) anos, com grau de relação de padrasto. A ocorrência de violência se deu principalmente no período da tarde e no ambiente doméstico. Ressalta-se que o município de Marituba apresentou 51 (cinquenta e um) casos, com maioria em bairros periféricos (Centro), prevalência de violência sexual (estupro de vulnerável) perpetrada especialmente por adultos entre 35 (trinta e cinco) a 64 (sessenta e quatro) anos, com grau de relação de padrasto. A ocorrência de violência se deu principalmente no período da manhã e no ambiente doméstico. Já Benevides conta com 39 (trinta e nove) casos, apresentando maior ocorrência em bairro Centro, violência sexual (estupro de vulnerável) perpetrada em sua maioria por adultos entre 35 (trinta e cinco) a 64 (sessenta e quatro) anos, com grau de relação de tio. A ocorrência de violência se deu principalmente no período da manhã e no ambiente doméstico. O município de Santa Bárbara corresponde a 10 (dez) casos, com maioria no bairro Centro, violência sexual (estupro de vulnerável) perpetrada em sua maioria por adultos entre 35 (trinta e cinco) a 64 (sessenta e quatro) anos, com grau de relação de tio. A ocorrência de violência se deu principalmente no período da tarde e da noite e no ambiente doméstico. **Conclusão:** Os estudos demonstraram que a construção histórica/territorial de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara está relacionada à existência da criminalidade, em virtude da precariedade histórica e geográfica constituída. Assim, a constituição de Belém é caracterizada por aspectos relacionados a um processo de segregação, o qual, acelerou a periferização na Região Metropolitana de Belém. A produção espacial de Belém foi reproduzida em Ananindeua, através da implementação de diferentes ocupações distantes dos centros urbanos, processo que ocorreu nos demais municípios. O processo de metropolização ocorreu em detrimento de ocupações escassas, fator que corrobora para o entendimento de que certos grupos criminosos atuam em determinadas regiões. A preferência é justificada diante da localidade apresentar fatores geográficos, econômicos, estruturais e sociais favoráveis ao ataque delitivo. Além disso, foi identificada a importância do capital social com viés territorial e familiar, por influenciar a violência espacial, especialmente nos casos de violência contra a criança, por estar relacionada à aspectos estruturais, dado o seu efeito direto da desigualdade social e dos direitos sociais básicos que são desrespeitados.

Descritores: Violência Espacial. Crimes. Crianças. Região Metropolitana de Belém. Capital Social.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA CUIDADORES FAMILIARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA MOTORA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Tatiane Oliveira Nascimento¹; Yuri Leandro do Carmo de Souza²; Rodolfo Gomes do Nascimento³; Katiane da Costa Cunha⁴; Simone Souza da Costa Silva⁵

¹Fisioterapeuta, Mestranda em Teoria e Pesquisa do comportamento, Universidade Federal do Pará (UFPA);

²Psicólogo, Doutorando em Teoria e Pesquisa do Comportamento, UFPA;

³Fisioterapeuta, Pós-doutorando em Teoria e Pesquisa do Comportamento, UFPA;

⁴Fisioterapeuta, Pós-doutora em Ciências Humanas, UFPA;

⁵Psicóloga, Pós-doutora em Ciências da Reabilitação, UFPA.

tatiane.nascimento@ntpc.ufpa.br

Introdução: Comparando-se a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), de 1984 (70,9 por mil nascidos vivos) com 2019 (13,3 por mil nascidos vivos), percebe-se que houve uma mudança no perfil epidemiológico da infância brasileira. No primeiro momento, a alta TMI ocorria devido, em grande parte, às doenças imunopreveníveis (sarampo, rubéola, caxumba etc.), e no segundo momento, às afecções perinatais, mostrando uma nova tendência neste quadro. O crescimento do aparato tecnológico (técnicas, equipamentos e medicamentos), possibilitou não apenas a sobrevivência de bebês prematuros e daqueles com malformações congênitas, doenças crônicas e traumas, mas também o crescimento do número de crianças que nasceram com sequelas. Estes sobreviventes tornam-se dependentes de cuidados especializados, contínuos e complexos por apresentarem diversas e diferentes limitações que comprometem sua autonomia. No Brasil, essa população passou a ser chamada de Crianças com Necessidades Especiais de Saúde (CRIANES) por demandarem cuidados especiais de saúde, de forma temporária ou contínua. Em termos gerais, esta população, dependendo das características da deficiência, necessitará de auxílio em sua vida diária, o que significa que precisará de um cuidador. Dentre as diversas ocupações reconhecidas atualmente, a de cuidador emerge de forma cada vez mais frequente na sociedade atual, tornando-se possível identificar esta ocupação seja voltada à pessoa idosa, seja à pessoa com deficiência. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as atividades do cuidador envolvem: o auxílio na locomoção, a realização de mudanças posturais, estimulação de atividades de lazer e ocupacionais, ajuda nos cuidados de higiene e alimentação. Embora ainda sejam escassas as pesquisas sobre o cuidador, sabe-se que no Brasil e no restante do mundo esta é uma atividade realizada, em sua maioria, por mulheres. O cuidador pode ser de dois tipos, o formal (aquele que tem vínculo empregatício, podendo ser um profissional da saúde) e o informal (não tem vínculo empregatício e pode ser um amigo ou familiar). O cuidador informal muitas vezes por se tratar de um familiar, não tem conhecimento técnico sobre a patologia ou sobre o ato de cuidar, portanto, há necessidade de receber o apoio e orientação dos profissionais envolvidos no tratamento da criança e do adolescente com deficiência. Em termos gerais, as pesquisas concordam que é necessário pensar em políticas públicas e desenvolver ferramentas que possibilitem o enfrentamento pelo cuidador das adversidades que fazem parte do seu cotidiano. Tecnologia educacional (TE) em saúde pode ser entendida como um instrumento facilitador da aprendizagem, envolvendo as etapas de planejamento, execução, controle e acompanhamento, tanto para os processos educacionais formais quanto

quanto para os informais. O profissional da saúde interage nesse processo de ensino-aprendizagem com o educando (clientela), de uma forma que os dois constroem meios para desenvolver a consciência criadora, a sensibilidade e a criatividade na busca do desenvolvimento pessoal e profissional. No que se refere aos cuidadores de crianças e adolescentes com deficiência, a utilização de tecnologias educacionais (TEs) favorece a replicação das orientações recebidas pelos profissionais de saúde envolvidos no tratamento, aprendizado geral sobre a patologia e cuidados específicos que necessitam receber no meio familiar, promovendo melhoria na qualidade de vida. Os cuidadores também necessitam de atenção, uma vez que em geral se dedicam integralmente a quem é cuidado, esquecendo-se de si mesmos. As tecnologias educacionais (TEs) podem ter como público-alvo a relação da criança e ou do adolescente com deficiência e seu cuidador e este com ele próprio. **Objetivo:** identificar as tecnologias educacionais direcionadas a cuidadores familiares de crianças e adolescentes com deficiência motora apresentadas pela literatura especializada. **Método:** trata-se de um estudo bibliográfico, do tipo revisão integrativa de literatura, realizada nas bases de dados BVS, LILACS, MEDLINE, Pubmed e Scielo, entre 2011 e 2021, em português, inglês e espanhol, utilizando os descritores: caregivers, educational technology, disability, physical disability, handicap e health education. Analisaram-se os artigos pela leitura reflexiva e criteriosa acerca das principais informações e elementos que compõem a temática nos estudos. As revisões integrativas da literatura se apresentam como uma das mais amplas abordagens de revisão, pois permite a inclusão de diversos tipos de estudos, combinando dados da literatura teórica e empírica. As seguintes etapas foram seguidas: aplicação da técnica PVO. Em que P correspondeu a cuidadores familiares, V a tecnologia educacional e O identificar as tecnologias educacionais direcionadas aos cuidadores familiares de crianças e adolescentes com deficiência motora; localização e seleção dos estudos, através da definição dos descritores; avaliação dos artigos levantados com critérios de inclusão e exclusão; coleta de dados nos artigos a partir das suas principais características, como ano; título; autores; periódico; natureza do estudo; objetivo; metodologia; principais resultados e conclusões e a última etapa correspondeu a análise dos dados, através de categorias: características gerais dos estudos analisados; tipos de TE; características do aplicador da TE e dos cuidadores que foram submetidos à TE e aspectos relativos à operacionalização da TE: cuidados, criação, etapas de construção e validação da TE. **Resultados:** foram incluídos 25 estudos, sendo o ano de 2020 o mais representativo com seis estudos (24%); a base de busca Pubmed foi a que apresentou mais artigos selecionados com 18 (72%) trabalhos e o Brasil apresentou-se como o local de publicação da maioria destes artigos (56%); na categoria tipos de TE, cartilha/manual/guia ilustrado estiveram presentes em oito (32%) trabalhos; grupos de cuidadores em 7 trabalhos (28%); palestra em outros 5 (20%); treinamento prático para cuidadores em 4 (16%) e construção de ferramenta digital em um (4%) artigo; dentro das características do aplicador da TE e dos cuidadores que foram submetidos à TE: foram aplicadas na maioria dos estudos por enfermeiros (32%); 140 foi o maior de número de cuidadores envolvidos; o gênero dos cuidadores participantes das pesquisas foi identificado em dezesseis (64%) artigos, sendo que destes, em sete (43,75%) houve a presença somente de mulheres. Quanto aos cuidados na aplicação da TE, observou-se que em seis (24%) dos trabalhos fez-se uso de grupo controle; em nove (36%) dos estudos revisados houve a criação de alguma tecnologia educacional, destes, sete (77,8%) descreveram o processo de construção

e em 4 (44,4%) artigos, dentre os que desenvolveram alguma TE, apresentaram o processo de validação, **Conclusão:** identificou-se que as TEs mais utilizadas para cuidadores de crianças e adolescentes com deficiência motora foram as cartilhas/guias/manuais. Evidencia-se que o uso destas TEs apresentadas pelos profissionais que compõe a equipe de saúde é fator de grande relevância, pois o cuidado não é meramente um ato, mas algo mais abrangente que envolve preocupação, responsabilidade e envolvimento afetivo, tornando-se mais seguro e eficaz quanto mais se conhece sobre ele. Dispor de um material educativo e instrutivo facilita e uniformiza as orientações a serem realizadas, com vistas ao cuidado em saúde. As TEs devem abranger as necessidades parentais na perspectiva dos cuidados rotineiros com a criança e/ou adolescente, tendo em vista que eles deverão possibilitar suas capacidades, reduzindo o impacto negativo e prejuízos causados pela condição das crianças às famílias afetadas. Havendo a necessidade de uma assistência profissional planejada e singular a cada caso. As TEs desempenham papel importante na dinâmica do cuidar, pois as ações educativas em saúde são capazes de modificar atitudes e proporcionar segurança e qualidade de vida e este trabalho demonstrou, ao identificar as TEs, que há uma variedade de opções de educação em saúde para se alcançar o público-alvo, buscando-se cada vez mais a efetividade e maior abrangência.

Descritores: cuidadores familiares; deficiência motora; tecnologia educacional.

LA INCLUSIÓN EN COLOMBIA – UNA INVESTIGACIÓN EMPÍRICA DEL CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO EN LA PARTICIPACIÓN SOCIAL DE PERSONAS EN CONDICIÓN DE DISCAPACIDAD EN ZONAS RURALES

Teresa Sprenger¹

¹TU-Dortmund

teresa.sprenger@tu-dortmund.de

Introducción: En el marco del “coloquio - Redes nacionales e internacionales en la realización de trabajos científicos” se dio la oportunidad de realizar la presentación del tema de la tesis de doctorado “Inclusión en Colombia - una investigación empírica del contexto sociopolítico en la participación social de personas en condición de discapacidad en zonas rurales” por medio de un poster científico. Hablando de un proyecto investigativo para visibilizar el estatus de la Inclusión de personas en condición de discapacidad en Colombia, queriendo apoyar y acompañar un proceso de transformación social hay que tener en cuenta varios frentes. En el siguiente artículo se trata de describir la base teórica, la metodología y el estado de la investigación en el momento del coloquio. Se cierra con una breve reflexión de los desafíos y limitaciones hasta el momento. **Contexto y Objetivo:** En Colombia, más del 70% de las personas en condición de discapacidad viven en condiciones complejas por las cuales tienen pocas oportunidades de participación social. Esta situación es particularmente superior cuando se comparan poblaciones urbanas y rurales (Montoya 2016; Solano 2018). De acuerdo con el modelo de discapacidad basado en los derechos humanos, el desafío social actual es reconocer la discapacidad como un aspecto de la diversidad humana, crear acceso a la autodeterminación y la participación igualitaria (Degener 2015). El objetivo de la investigación aquí presentada es, como primer paso entender y hacer visible la situación actual, la cotidianidad de las mujeres jóvenes en situación de discapacidad que viven en zonas rurales y forman parte de familias de bajos recursos. Se eligió este grupo por ser una población que está en mayor riesgo de encontrarse con factores múltiples de discriminación y exclusión, dando la oportunidad de analizar la interrelación entre estas categorías que generan la falta de participación social. Como aproximación se busca involucrar activamente a las personas y sus familias en el proceso de investigación para poder llegar a una verdadera transformación (Mertens 2010) según las necesidades, los intereses y las ambiciones de las participantes. **Teoría y metodología:** Para ubicar a las personas sujetos de y participantes en el proceso investigativo se recurre al modelo ecosistémico de Bronfenbrenner (Walper 2019). El modelo se presta para entender los mecanismos y actores que influyen o han influido el desarrollo de la persona (en nuestro caso) en condición de discapacidad en interrelación con su entorno y en este sentido lograr un mejor entendimiento de la situación hoy encontrada. En el acercamiento a la realidad de las participantes es indispensable analizar categorías de interseccionalidad que han afectado y afectan el desarrollo, la vida cotidiana y la inclusión o exclusión social. Hablamos de interseccionalidad cuando una persona enfrenta una combinación de diversos factores de discriminación que aumentan su situación de vulnerabilidad por circunstancias sociales desfavorables (Aulenbacher 2012). En el caso de la presente investigación vemos una interrelación entre discapacidad, género, situación socioeconómica y lugar de residencia que produce un aumento de exclusión social para las personas participantes.

Después de un primer acercamiento a esta realidad se escoge como estrategia la Investigación-acción participativa (Fals-Borda 1991; Fine 2019) que nos permite generar un proceso investigativo involucrando activamente a las personas en condición de discapacidad y sus familias con el fin de darles voz y espacios para visibilizar sus necesidades y a la vez desarrollar propuestas que apunten a transformar las realidades encontradas. Para el desarrollo de estrategias de trabajo concreto entre otras se hace uso de prácticas derivadas de la planificación centrada en la persona (Mata Roig, Carratalá Marco 2016). El concepto permite trabajar desde el punto de partida de la persona misma que activamente está modelando la visión de su vida a futuro. **Estado de la investigación:** Actualmente está por empezar la segunda etapa del trabajo de campo en Colombia. En mayo y junio del año 2021 se realizaron, en una primera etapa, unas entrevistas semiestructuradas con el objetivo de conocer tanto las historias individuales de las mujeres en condición de discapacidad y sus familias como el manejo del tema de la Inclusión en la zona de estudio a nivel institucional. Ahí se crearon vínculos con la comunidad como fundamento para futuras intervenciones. Como resultado de las entrevistas se destacan dos puntos clave; por un lado la falta de conocimiento en cuanto a derechos y posibilidades y por otro lado la escasez de procesos continuos de acompañamiento en procesos de inclusión y estructuras de apoyo para las familias. Se demuestra el interés en aprender sobre formas de autoayuda y espacios para compartir experiencias y conocimientos. A partir de marzo 2022 se estructura la segunda etapa, donde se realiza la recolección de datos mediante técnicas etnográficas (Bredenstein 2015) y de la investigación-acción participativa. La propuesta es iniciar creando dos focus groups, uno formado por mujeres en condición de discapacidad y otro formado por familiares que tengan un miembro en condición de discapacidad, no necesariamente de las mismas familias del primer grupo. Ahí se estarán definiendo las estrategias de trabajo para los siguientes reuniones e intervenciones. Se busca también una alianza con las entidades del gobierno local para lograr una mayor cobertura en cuanto al número de las participantes además buscando apoyo logístico. **Desafíos y limitaciones:** Para lograr un acercamiento al tema basado en la voluntad de aprender y de desaprender lo aprendido más el entendimiento de las diversas realidades que vivimos alrededor del mundo tanto en el ámbito científico como en el ámbito de las poblaciones marginalizadas es fundamental estar en un proceso de constante reflexión. El desafío es lograr encuentros equitativos desde puntos de partida diferentes; abstenerse de jerarquizar conocimientos y demostrar el real interés de hacer parte de un proceso de aprendizaje mutuo. En este sentido es de vital importancia valorar las diferencias y el conocimiento que surge de las experiencias personales de cada miembro de los grupos. La investigadora en este panorama se entiende como ayudante, brindando herramientas para el desarrollo de estrategias de trabajo y evaluación. Ella describe lo sucedido con lentes científicas para hacer accesible la experiencia a un público más amplio tanto a nivel científico como a nivel comunitario. En este proceso hay que asegurarse de manera continua del consentimiento de las personas involucradas en la investigación y luego buscar formas para que ellas hagan parte también de la presentación de los resultados como representantes de su propia visión y participación. Se entiende la investigación como un proyecto piloto en un ámbito donde pocas investigaciones se han realizado hasta el día de hoy. Por lo tanto se hace uso de experiencias encontradas en otras investigaciones que coinciden en aspectos como la aplicación de la estrategia de la IAP en países del sur global,

trabajando con población vulnerable, buscando similitudes y adaptando las estrategias encontradas. La IAP brinda apoyo en cuanto al marco teórico y a la vez confronta con los desafíos de una investigación abierta donde tanto la estrategia como la definición de objetivos se van definiendo y se van adaptando en el camino. Esto exige una postura abierta y flexible por parte de la investigadora, pues se entiende una vez más que su función es la de acompañar un proceso comunitario enfocado en la transformación social.

Bibliografía

- Aulenbacher, Brigitte / Riegraf, Birgit (2012): Intersektionalität und soziale Ungleichheit. Online verfügbar unter: www.portal-intersektionalität.de zuletzt geprüft am 24.03.2022.
- Breidenstein, Georg (2015): Ethnografie. Die Praxis der Feldforschung. 2. überarbeitete Auflage. Konstanz, München: UVK Verlagsgesellschaft mbH; UVK/Lucius (utb-studi-e-book, 3979). Online verfügbar unter <https://elibrary.utb.de/doi/book/10.36198/9783838544977>.
- Correa Montoya, Lucas; Castro Martínez, Marta Catalina (2016): Discapacidad e inclusión social en Colombia. Informe alternativo de la Fundación Saldarriaga Concha al Comité de las Naciones Unidas sobre los derechos de las personas con discapacidad. Hg. v. Editorial Fundación Saldarriaga Concha. Bogotá.
- Degener, Theresia; Diehl, Elke (Hg.) (2015): Handbuch Behindertenrechtskonvention. Teilhabe als Menschenrecht - Inklusion als gesellschaftliche Aufgabe. Bonn: bpb Bundeszentrale für politische Bildung (Schriftenreihe / Bundeszentrale für Politische Bildung, Band 1506).
- Fals Borda, Orlando; Borrero García, Camilo (1991): Acción y conocimiento. Cómo romper el monopolio con investigación-acción participativa. Santa Fe de Bogotá: CINEP.
- Fine, Michelle; Torre, María Elena (2019): Critical Participatory Action Research: A Feminist Project for Validity and Solidarity. In: *Psychology of Women Quarterly* 43 (4), S. 433–444. DOI: 10.1177/0361684319865255.
- Mata Roig, Gloria; Carratalá Marco, Ana (2016): Planificación Centrada en la Persona. Experiencia de la Fundación San Francisco de Borja para Personas con Discapacidad Intelectual. Hg. v. FEAPS. Madrid (Cuadernos de buenas prácticas).
- Mertens, Donna M. (2010): Transformative Mixed Methods Research. In: *Qualitative Inquiry* 16 (6), S. 469–474. DOI: 10.1177/1077800410364612.
- Solano, Angelica (2018): Índice multidimensional de inclusión social y productiva. Resultados para personas con discapacidad 2018. Hg. v. Fundación Saldarriaga Concha, Inclusión Consultoría para el desarrollo. Online verfügbar unter https://www.saldarriagaconcha.org/indice-personas-discapacidad/wp-content/uploads/2019/01/IMISP-PcD_Informe_Resultados_2018.pdf, zuletzt geprüft am 25.05.2021.
- Walper, Sabine (2019): Entwicklung, ökologischer Ansatz nach Bronfenbrenner im Dorsch Lexikon der Psychologie. Online verfügbar unter <https://dorsch.hogrefe.com/stichwort/entwicklung-oekologischer-ansatz-nach-bronfenbrenner>.

Anais do I Colóquio internacional Redes Nacionais e
Internacionais na realização do trabalho científico
ISBN: 978-65-86640-44-1

